

Área Temática: Ensino de Administração.

**Os Programas de Mestrado em Administração e sua Responsabilidade Social:
A Pesquisa Ação Participante como Resposta Local ao Fenômeno da Globalização.**

AUTORES

MARCOS BIDART C. DE NOVAES

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
bidart@uol.com.br

ANTONIO CARLOS GIL

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES
acgil@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o potencial da pesquisa ação participante nos PMAs para fornecer respostas aos desafios da Responsabilidade Social da Universidade e seu papel como agente local de desenvolvimento em um mundo globalizado. Discussão esta ilustrada com os resultados preliminares de um trabalho de mestrado cuja pesquisa vem sendo desenvolvida na periferia da cidade de São Paulo, com um grupo de mulheres costureiras e bordadeiras. Descreve também as diferentes posturas de instituições de ensino perante o tema, bem como apresenta raízes epistemológicas, éticas, ontológicas e metodológicas para estas diferentes abordagens. A diversidade de posturas a respeito da RS tem relação com a natureza das instituições universitária. Que podem ser públicas ou privadas, comerciais, com objetivos de lucro financeiro, ou comunitárias, mantidas por entidades sem fins lucrativos. Esta diversidade de paradigmas epistemológicos e de naturezas administrativas resulta em pesquisa mais ou menos voltada para as necessidades sociais e em instituições de ensino superior mais ou menos preocupadas com seu entorno e com a provocação de mudança social. A conclusão do artigo é de que a pesquisa-ação participante favorece este diálogo entre universidade e sociedade, seja qual for a ideologia subjacente.

Abstract

This article aims to discuss the potential of participatory action research to provide answers to the challenges which universities face regarding social responsibility in a globalized world and their role as social agents of change. This discussion is exemplified with the preliminary results of a master degree research work which is being conducted in a low income area of Sao Paulo, with a group of women, seamstresses and embroiderers. It also describes different attitudes of higher education institutions towards the matter, presenting as well epistemological, ethical, ontological and methodological causes for those different approaches. Those different approaches are also related to the administrative nature of those institutions. They may be public or private, strictly commercial with focus in financial results or community oriented, maintained by non profit organizations. This diversity of epistemological paradigms and administrative nature of the brazilian higher education institutions converges in research more or less oriented to social needs and in higher educations institutions more or less concerned with its social enviroment and with social change. The article comes to the conclusion that participatory action research favours the dialog between university and society, independently of the underlying idelogy.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social; Ensino; Pesquisa Ação Participante.

1. Introdução

A discussão sobre Responsabilidade Social (RS) nas organizações inicia-se com a divulgação das idéias de Howard Bowen nos anos 1950 (ASHLEY, 2002). Já naquela época formulava-se a questão de que as ações de “homens de negócios” deveriam ser norteadas por aquilo que fosse desejável para a sociedade como um todo, em termos de seus objetivos e valores.

Uma crítica expressiva a esta postura foi formulada pelo economista liberal Milton Friedman (1970 *apud* HILL *et al*, 2007), que argumentava que as organizações possuem obrigações éticas mínimas. Para este autor, além do objetivo maior de gerar lucros, o esperado das companhias é operar dentro de um escopo ético aceitável, obedecendo assim às leis e evitando as fraudes. Esta posição, no entanto, encontrou poucos adeptos, em especial naquele segmento no qual a academia ainda não estava tão interessada na intersecção entre negócios e sociedade. Assim, a discussão acerca da responsabilidade social das empresas pouco a pouco intensificou-se, tornando-se uma das grandes questões submetidas à debates nos cursos de graduação e pós-graduação em Administração na última década do século XX. Discussão essa motivada em boa parte pelo desencanto provocado pelo processo de globalização (STIGLITZ, 2003).

Assim como nos Estados Unidos e na Europa, o interesse sobre o tema cresce em nosso país. Tópicos como ética empresarial, empreendedorismo social e implementação de projetos sociais comunitários, vêm sendo debatidos com frequência cada vez maior. Pode-se registrar um grande número de trabalhos apresentados em eventos nacionais e até mesmo cursos de especialização no campo da Gestão da RS e do Empreendedorismo Social.

Na prática o conceito de gestão socialmente responsável é uma forma de ação no âmbito das organizações que visa integrar de forma ética todos os seus protagonistas. Além dos sócios ou acionistas, também clientes, fornecedores, consumidores, governo e comunidade local devem ser incluídos nas reflexões de uma organização que queira se intitular socialmente responsável e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (RICO, 2004).

Neste contexto torna-se necessário refletir sobre a postura da Universidade, mais especificamente das Faculdades de Administração e de seus Programas de Mestrado em Administração (PMA) na questão da RS. O compromisso das universidades com a responsabilidade social foi um dos temas debatidos no 7º Fórum Nacional: Ensino Superior Particular Brasileiro (FNESPB) em 2005, que foi marcado por divergências em torno da atuação das Instituições de Ensino Superior nessa área (MARQUES, 2005). Para alguns dirigentes, a formação de alunos é uma atividade de caráter social e seria esta uma grande responsabilidade a ser assumida pelas instituições. Para outros, no entanto, a RS implica em ações institucionais que extrapolam o currículo acadêmico.

A diversidade de opiniões a respeito da RS tem muito a ver com a natureza das instituições universitárias, já que estas, quanto à sua administração podem ser públicas (municipais, estaduais ou federais, civis ou militares) ou privadas. Além disso, dentre as instituições privadas, há as eminentemente comerciais, que almejam o lucro, e as comunitárias, mantidas por entidades sem fins lucrativos (confessionais ou laicas). Também podem ser muito diferentes em relação à sua autonomia administrativa, já que podem se constituir como Universidades, Centros Universitários, Institutos ou Faculdades Integradas.

Cada tipo de instituição tende a definir de forma diferente o que entende por ética e transparência na condução de suas atividades. Algumas citarão os hospitais que se colocam à disposição do público e a incubação de pequenas empresas inovadoras de base tecnológica como o ponto forte de sua atuação (CRUZ, 2005). Outras dirão que é necessário apoiar na universidade a pequena e média empresa, mesmo que não de base tecnológica, face à falta de

conhecimento de gestão de muitos empreendedores, como sugeriu o Diretor Presidente do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no evento antes citado.

Voltadas para geração de trabalho e renda para comunidades carentes da região em que se inserem, algumas instituições de ensino superior brasileiras vêm, desde meados dos anos 1990, constituindo incubadoras de cooperativas. Estas instituições desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas e simultâneas, dedicando-se à “organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico legal e ideológico na formação política, entre outros” (SINGER e SOUZA, 2000. p. 25). Como exemplo podem ser citadas a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp e, no início de 2002, o Programa de Qualificação das Cooperativas Populares da Unicamp (PQCP) e a ITCP da UFRJ.

Também a USP, por intermédio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) está ativa no segmento desde 1998 quando foi realizado projeto pioneiro (e considerado como referência em termos de Economia Solidária) com moradores da região do Rio Pequeno. Aos poucos foram envolvidos mais de 600 trabalhadores e as atividades expandiram-se para o Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e a Praia Grande. O trabalho se pauta em princípios metodológicos inspirados principalmente na proposta de educação popular de Paulo Freire, tais como autogestão, interdisciplinaridade, aprendizado mútuo e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (ITCP-USP, 2007).

A reflexão acerca da postura dos cursos de Administração - em especial de seus programas de pós-graduação - indica, pois, a necessidade de intensificação desse debate. Tal reflexão não pode se circunscrever aos seus propósitos e objetivos, mas deve envolver também as estratégias adotadas para o seu alcance. Os programas de Mestrado e Doutorado têm como produto final a realização de uma pesquisa científica. Como os dados obtidos não são indiferentes à sua forma de apreensão, convém considerar também as modalidades de pesquisa desenvolvidas nesses programas. Gil (2003) constatou que a maioria dessas pesquisas pode ser classificada como estudos documentais, levantamentos ou estudos de caso. Ainda é pequena a quantidade de pesquisas que adotam outras metodologias já consagradas nas ciências sociais, como estudos etnográficos, pesquisa fenomenológica, pesquisa-ação e pesquisa participante.

Este artigo se insere no movimento existente tanto dentro da universidade como na própria sociedade e mesmo no governo, de cobrança para que a universidade seja mais atuante em seu entorno. Alinha-se assim com o modelo de universidade institucional-integrado proposto por Araújo Filho (2005). Este modelo se baseia em: (i) ênfase nas áreas de conhecimentos essenciais para a resolução de problemas; (ii) linhas de ação interdisciplinares baseadas em critérios de relevância social; (iii) avaliação baseada na opinião pública; e (iv) atendimento das demandas locais e regionais.

Importante é, no entanto, entender qual a lógica por trás de qualquer análise ou proposta sobre o fenômeno do desenvolvimento local. A preponderância da lógica da competitividade, do individualismo e da concorrência, que se baseie em uma assunção de que o sistema econômico globalizado gera oportunidades iguais de desenvolvimento para as localidades ao redor do mundo, caso estas obtenham sucesso na criação de um ambiente adequado para os negócios, reforça o paradigma neoclássico. Isto pode esvaziar o desenvolvimento local de seus aspectos de inclusão social. Por outro lado, a preponderância de uma ética de cooperação e solidariedade pode fortalecer a participação e a gestão local, preservando ainda um sentido de cidadania e equidade (BRAGA, 2002).

Assim, o presente artigo tem como objetivo discutir o potencial da pesquisa participante nos Programas de Pós-Graduação em Administração, visando fornecer respostas aos desafios da RS da Universidade e seu papel como agente local de desenvolvimento em um

mundo globalizado. Essa discussão, por sua vez, é ilustrada com o exemplo de um trabalho de mestrado cuja pesquisa vem sendo desenvolvida na periferia da cidade de São Paulo, com um grupo de mulheres costureiras e bordadeiras.

2. Questões relacionadas ao tema

O tema proposto para estudo, por envolver não apenas aspectos operacionais, mas também as políticas e a própria missão das instituições de ensino, conduz a múltiplas questões. Assim, procede-se a esta discussão com base em considerações epistemológicas, ontológicas, éticas e metodológicas (DENZIN e LINCOLN, 2006).

2.1. Questões epistemológicas

Estas questões se relacionam com os próprios limites do conhecimento em Administração, já que implicam considerar em que medida a Administração pode ser considerada ciência, técnica, arte ou simplesmente senso comum. Pode ser considerada arte na medida em que lida com autoconhecimento, sabedoria e liderança. Pode ser concebida como técnica em virtude da preocupação dos administradores com a aplicação prática e utilização de conhecimentos, métodos e equipamentos necessários à realização de tarefas específicas por meio da experiência profissional. E também pode ser entendida como ciência, pois se apresenta como disciplina de caráter demonstrativo que visa proporcionar conhecimento claro, preciso, objetivo, metódico, verificável e sistemático.

Refletir sobre estes limites exige uma rápida análise histórica sobre epistemologia de uma forma mais ampla. Após o confronto entre o empirismo de Bacon e Locke e o racionalismo cartesiano, Kant lança a grande controvérsia epistemológica que ainda perdura, ao qualificar o ser humano como dotado de um aparato mental que imprime leis ao real. Além desta discussão em torno da objetividade do conhecimento surgem outros embates no século XIX: de um lado o positivismo de Comte com origens no empirismo e de outro a “dialética marxista, desdobramento da dialética hegeliana; esta bem próxima do racionalismo cartesiano enquanto defensora da primazia da razão sobre os sentidos” (HAGUETTE, 2003, pág. 15).

A abordagem positivista do conhecimento em Administração prepondera ainda hoje. Ela tem raízes históricas em três sistemas de pensamento. A mais remota é o Iluminismo e sua busca por colocar a razão acima da religião e da metafísica. Como consequência deste movimento, passa-se a usar o termo Ciência Social, no âmbito de uma discussão sobre a necessidade de estudar a sociedade usando os mesmos métodos e técnicas empregados para estudar a natureza. Este esforço do Iluminismo contra a metafísica se esgota em meados do século XIX com o surgimento do arcabouço das idéias de Hegel e Weber, bem como com o materialismo de Feuerbach, Marx e Lênin. De certa forma o materialismo dialético revive o lugar da metafísica nas ciências humanas e sociais.

Mais tarde, no papel de novos iluministas, surge o Círculo de Viena, tendo em Otto Neurath sua locomotiva. Este buscava uma “concepção científica do mundo”. Esta se daria através de uma ciência unificada, que uniria empirismo e positivismo com o rigor da análise lógica. Neurath chegou a sonhar com uma linguagem única das ciências e um *index verborum prohibitorum*. Este nivelamento lingüístico garantiria a pureza necessária para que especialistas de diferentes áreas pudessem contribuir para a ciência.

O movimento lógico positivista foi desafiado desde antes da Segunda Guerra Mundial pela “nova esquerda” representada pela “Escola de Frankfurt”, que refutava os ideais de objetividade e neutralidade. Durante a guerra foi possível observar com clareza a subserviência de escolhas epistemológicas e práticas a interesses políticos nacionais. O papel intervencionista do Estado na pesquisa continua após a guerra, com a justificativa da guerra

fria, mesmo nas democracias ocidentais (NODOUSHANI, 1999). Esta intervenção se consolida com a crescente importância da ciência social behaviorista, com profundo impacto na área do ensino da administração.

O paradigma da ciência tradicional pode ser resumido em três pressupostos (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002). O da simplicidade, que reflete a crença de que separando-se as partes compreende-se o todo e do qual decorre a atitude de análise e busca de relações causais lineares. O da estabilidade, que reflete a crença na determinação e conseqüentemente na previsibilidade e na controlabilidade. E o pressuposto da objetividade, que reflete a crença da separação entre cientista e realidade, ou no mínimo a colocação da subjetividade do pesquisador entre parênteses.

Novas dimensões e pressupostos surgem, no entanto, na ciência contemporânea. A realidade passa a ser compreendida por muitos cientistas e profissionais de diferentes áreas como complexa, instável e intersubjetiva, exigindo assim que a objetividade, esta sim, seja colocada entre parênteses. Neste novo paradigma o cientista é um observador “que pensa - ou se distingue - como parte de todo ou qualquer sistema com que esteja trabalhando, o qual se constitui (ou se constrói) para ele, a partir de suas distinções” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

A discussão permanece vigorosa. Maneiras indutivo-empíricas de abordar a realidade são voltadas para a experiência e adaptáveis às diferentes realidades, mas exigem enorme investimento em pesquisa e complexos sistemas estatísticos de análise. Levam com frequência a diversas teorias, não necessariamente voltadas para a prática. O positivismo lógico do Círculo de Viena garante lógicas internas da teoria e que esta possa ser testada na prática, mas elimina hipóteses sociopolíticas. Para Martins (1994), a busca desenfreada por objetividade restringe as perspectivas de colocar a investigação científica a serviço das necessidades humanas. Já o caminho dialético-materialista fundamenta sua análise teórica da sociedade nas contradições internas dos sistemas, com foco na economia, para a explicação para os fenômenos observáveis (ZILLES, 2005). Gera, no entanto repulsa dogmática por parte de muitos membros da academia, talvez pelo fato de sua orientação humanista e social ser por vezes confundida como socialista no sentido marxista-leninista ou pelo seu uso ocasional por pesquisadores mal preparados e com objetivos meramente político-partidários.

2.2. Questões éticas

Questões éticas são ensinadas e estudadas hoje em inúmeros currículos de cursos de Administração. Discorre-se em ética e transparência nos negócios, mas fala-se pouco sobre como a Faculdade de Administração deve responder aos anseios de seus diferentes públicos. Independentemente da forma com a qual seus negócios são conduzidos - se com ou sem fins lucrativos - justifica-se no cenário atual a cobrança por transparência e esclarecimentos das Instituições de Ensino Superior sobre sua postura em relação ao tema.

Esta atitude deve ser tomada para legitimar os gastos do governo com o ensino público, como afirmou o então Ministro da Educação Cristovam Buarque (2003) no caso das instituições públicas. Ou para justificar enormes operações financeiras de lançamentos de títulos lucrativos de instituições sem fins lucrativos no mercado, ou ainda para apresentar para a sociedade seus resultados financeiros, positivos ou negativos. De início deve ser questionada a postura de visar lucro comercial com a educação, uma vez que o risco de depender da mentalidade de mercado para fornecer um serviço necessário, mesmo em épocas recessivas e em que este tipo de negócio, não seja lucrativo.

A principal questão ética com que se depara a Faculdade de Administração é a compreensão do texto da Lei 10.681/2004, segundo a qual o significado das Instituições de Ensino Superior será avaliado entre outras coisas pela responsabilidade social da instituição.

Aqui se considera especialmente o que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, bem como a comunicação com a sociedade.

O compromisso mais claro de muitas Faculdades de Administração é com o conceito de desenvolvimento do paradigma neoliberal vigente. Este é mais comumente associado à competitividade e à subordinação de interesses nacionais e locais a uma nova ordem econômica internacional. Movimentos sociais estariam impotentes diante de transformações ditadas por grandes forças econômicas e políticas, nacionais e internacionais. Estas transformações condicionam a trajetória dos processos de desenvolvimento (JARA, 1996). A globalização, por sua vez, não é apenas mais uma fase da internacionalização do capital, mas pela sua natureza representa a implantação e a difusão de um novo paradigma de desenvolvimento que altera os padrões de concorrência e competitividade e revoluciona as condições de acumulação de capital, bem como as bases das vantagens competitivas das nações e regiões. Estas se deslocam da abundância de recursos naturais, dos baixos salários e das reduzidas exigências ambientais, predominantes no ciclo expansivo do pós-guerra, para a liderança e domínio do conhecimento, da informação, tecnologia e de recursos humanos de alta competência (BUARQUE, 1999).

Quanto à inclusão social mencionada no texto da Lei retro citada, algumas faculdades respondem apenas atendendo às exigências legais de concessão de bolsas. Outras procuram ir mais além. Seguindo talvez o exemplo de 20 universidades americanas que se reuniram em fevereiro de 2006 com o intuito de buscar maneiras inovadoras de responder ao desafio das mudanças econômicas que acontecem em nossas sociedades (DESCOINGS, 2006). O objetivo do encontro era entender como a contribuição da universidade podia superar e transcender o óbvio benefício produzido pela atividade de ensino e pesquisa, ajudando na construção de solidariedade social.

2.3. Questões ontológicas

Dentre as questões propostas para discussão, estas são provavelmente as mais complexas, pois implicam o estudo das propriedades mais gerais do ser, apartada de determinações que ao qualificá-lo particularmente, ocultam sua natureza plena e integral. Ora, a Administração é uma ciência cujo objeto de estudo não apresenta contornos definidos. As pesquisas desenvolvidas em seu âmbito referem-se a pessoas, a grupos e a organizações. Mas, para estudar pessoas utilizam-se métodos e técnicas que têm origem na Psicologia. Para estudar grupos utilizam-se métodos da Psicologia Social. E para estudar organizações, métodos da Sociologia. Assim, poucas seriam as pesquisas capazes de estudar as propriedades mais gerais da Administração.

Mesmo quando se consideram os clássicos campos da Administração - Finanças, Marketing, Produção e Recursos Humanos - fica difícil admitir uma “natureza comum” que os identifiquem rigorosamente como partes daquele todo. Por essa razão é que os cursos de Administração - provavelmente mais que qualquer outro - apresentam notável diversidade de disciplinas, que são ministradas por profissionais com as mais diversas formações: juristas, economistas, contadores, sociólogos, psicólogos, matemáticos, estatísticos e administradores.

Pode-se admitir que a compartimentalização constitui-se num processo natural do desenvolvimento científico, que ocorre em todas as áreas do conhecimento. Mas, a despeito desse processo, é possível falar nas propriedades mais gerais dos “seres” a que se referem a maioria das ciências. Considere-se, por exemplo, a Economia, em cujos cursos originaram-se as primeiras experiências com o ensino e a pesquisa em Administração. Atualmente, nos cursos de Economia são vistas disciplinas cada vez mais específicas, como por exemplo:

Economia do Meio Ambiente e Economia do Lazer. Estas se referem a um compartimento da Economia que se torna visível graças à sua evolução. Mas cada uma delas refere-se à alocação de recursos escassos num determinado campo. O que significa vincular-se ao objeto próprio da Economia, que é a escassez. O mesmo não ocorre com a Administração. Considere-se Marketing, por exemplo. Embora reconhecido como um dos principais campos da Administração, pode ser visto como campo independente de conhecimento. Daí porque a Administração - à semelhança da Enfermagem e do Serviço Social - tende a ser classificada como ciência aplicada. Por conseqüência, as pesquisas definidas como administrativas seriam, a rigor, pesquisas sociológicas, psicológicas ou sócio-psicológicas.

2.4. Questões metodológicas

A maioria dos trabalhos de pesquisa em Administração adota uma orientação metodológica positivista. A forma positivista de pensar parte do pressuposto de que existe uma realidade objetiva e um pesquisador à parte desta realidade que busca identificar variáveis capazes de atuar numa organização e estabelecer relações quantificadas entre estas variáveis. Mas, conforme Gil (2003), podem ser encontrados também trabalhos de natureza fenomenológica. O método fenomenológico pressupõe um pesquisador que faz parte de seu ambiente e não se preocupa com leis ou relações causais e sim com a apreensão direta do fenômeno que está sendo estudado.

Em menor número identificam-se trabalhos elaborados de acordo com os princípios do materialismo dialético, que enfatizam os aspectos contraditórios da realidade e a dinâmica entre eles. Tem por base a dialética marxista, que “ênfatiza o desenvolvimento através do conflito, o poder das paixões humanas que produzem resultados surpreendentes” (ZILLES, 2003, pág. 65).

A abordagem tradicional de Marx tem como núcleo o embate entre a classe trabalhadora e o capital e as relações de exploração existentes nesta estrutura. Novas abordagens teóricas e metodológicas vêm se delineando, como o novo marxismo estrutural e o marxismo analítico. Apesar de diferenças de abordagens entre estas correntes e das críticas feitas a elas pelos marxistas ortodoxos, a área de interseção entre elas é a dos movimentos feministas, ecológicos, pesquisas sobre assuntos ligados a gênero, raça e sexualidade e sobre as relações de classes no capitalismo contemporâneo e preocupações teóricas ligadas à ação coletiva (HAGUETTE, 2003).

As diferentes abordagens levam ao uso de diferentes métodos e técnicas de pesquisa. O enfoque positivista estimula a aplicação de métodos quantitativos, caracterizados pela seleção de amostras relativamente grandes e a procedimentos estatísticos. Já os enfoques dialético e fenomenológico estimulam a utilização de métodos qualitativos. O dialético para enfatizar o conflito e o fenomenológico porque admite a construção social da realidade, requerendo uma relação próxima entre o pesquisador e o que é estudado, além de uma investigação repleta de valores (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Como valor e subjetividade são palavras-chave para a abordagem e compreensão do tema Responsabilidade Social, sobre o qual versa este artigo, a opção clara aqui é por apresentar como uma técnica qualitativa de pesquisa pode apoiar as iniciativas da Faculdade de Administração a se posicionar de forma a unir ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa ação (PA) ou a pesquisa participante (PP) não devem ser consideradas como metodologias no sentido mais amplo do termo e sim como técnicas. Existe uma certa confusão em os termos de definição sobre o que seja PA ou PP. A definição proposta por Thiollent (1999) considera a PP como uma forma de pesquisa que visa apenas reduzir a estranheza entre grupos sociais pesquisados e o pesquisador, mas em que o agir não é central, podendo ser inclusive apenas uma observação participante. Já a PA exige que haja ação, mas

esta pode ocorrer tanto no contexto adaptativo definido pela psicossociologia americana do norte quanto no da sociotécnica reformista européia. Voltadas para melhorar as relações entre trabalhadores e empresários, sem que haja nesta atuação propósitos socialmente transformadores, emancipatórios ou preocupações com a conquista de autonomia por grupos populares.

Outros autores, como Carlos Rodrigues Brandão, entendem a PP como uma modalidade engajada e necessariamente politizada de pesquisa (SILVA e SILVA, 1991). Isto porque esta modalidade de pesquisa nasceu na América Latina durante uma época de regimes autoritários e modelos econômicos politicamente excludentes e economicamente concentradores. Nela se sintetizam constantemente práticas passadas e estratégicas adequadas a novas conjunturas, sempre visando: (i) promover a produção coletiva de conhecimento; (ii) ordenar e analisar coletivamente a informação obtida; (iii) através de uma análise crítica, identificar raízes e causas dos problemas e possíveis soluções; (iv) estabelecer relações entre problemas individuais, funcionais e estruturais, como parte da solução coletiva aos problemas propostos e enfrentados (GAJARDO, 1999).

Em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra, também em escritos de língua inglesa feitos em universidades africanas (MEYER, 2006), aparece a menção ao termo “Participatory Action Research” (PAR), que poderia ser traduzido como pesquisa-ação participante. Apesar de aparecer em estudos acadêmicos e publicações de língua inglesa, o termo é sempre usado para se referir ao tipo de pesquisa que envolve ação, mas problematização da realidade inspirada em Paulo Freire. É aqui adotado para evitar o risco de se inserir em alguma disputa metodológica vazia, sem objetivos na prática e meramente voltados para rotulagem política.

3. Metodologia

O presente trabalho pode ser definido como um estudo de cunho exploratório, já que se fundamenta na imersão sistemática da literatura pertinente e na análise de um caso para estimular a compreensão do tema proposto (SELTIZ *et al*, 1972).

Com o intuito de exemplificar como uma dissertação de mestrado pode ao mesmo tempo atender a objetivos acadêmicos e provocar a transformação social planejada e deliberada, este artigo expõe um caso real que no momento está sendo conduzido em um Programa de Mestrado em Administração de uma universidade da Grande São Paulo. O estudo mencionado tem como objetivo identificar as percepções de um grupo de mulheres bordadeiras de baixa renda em relação ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. Mais especificamente, verificar quais são as aspirações, expectativas e temores em relação ao trabalho que executam, o nível de confiança em relação ao seu futuro profissional, bem como a disposição para empreender e atuar de forma cooperativa.

Fazer pesquisa-ação participante é uma atividade que se dá em ciclos. A partir de uma preparação inicial e conseqüente diagnóstico, se planeja e se toma a ação e se avalia o resultado da mesma. De forma espirálica volta-se a diagnosticar, planejar e avaliar. Esta avaliação se dá em termos de contexto, qualidade de relações, qualidade do processo em si e resultados (COGHLAN e BRANNICK, 2005).

Este artigo pode ser considerado como parte da fase reflexiva do processo da pesquisa participante e mostra que os seus resultados vão sendo desvendados aos poucos, com a possibilidade de extrapolação para outros campos de conhecimento e em especial aqui para o ensino da Administração de Empresas.

4. Resultados preliminares da pesquisa

A dissertação de mestrado em questão está sendo conduzida na Zona Sul de São Paulo e visa apoiar, através da pesquisa ação participante, um grupo de mulheres a adotar uma postura crítica em relação à sua situação de trabalho, aprender conceitos de gestão de pequenos negócios, valorizar seu trabalho de bordados e costura e possivelmente estruturar uma cooperativa. Todos estes objetivos e as ações já tomadas surgiram do trabalho em equipe do pesquisador com o grupo e são aqui sintetizados.

O pesquisador teve contato com o grupo de mulheres em outubro de 2006 durante um curso de empreendedorismo em que atuava como voluntário. Uma das participantes abordou a questão de que “repassava” bordados e estava insatisfeita com a situação de saber que às vezes, as mulheres que ela tinha cadastrado ganhavam R\$ 1,00 para bordar uma peça pela qual o primeiro intermediário recebia de R\$ 4,00 a R\$ 7,00. Ela mostrava desde aquela época consciência de que atuava como intermediária também, mas estava disposta a abrir mão da posição se melhores condições pudessem ser obtidas. Pode ser considerada a líder do projeto, pois foi ela que mobilizou o pesquisador e as outras mulheres.

Após a admissão do pesquisador - na época recém-graduado em Administração - ao Programa de Mestrado em Administração (PMA) em questão, veio a primeira contribuição da universidade, com o apoio ao pré-projeto na forma em que havia sido desenhado, empregando-se para tanto a pesquisa-ação participante. Fato é que até então esta metodologia não havia sido utilizada em nenhum trabalho realizado no âmbito desse PMA. A aceitação do pré-projeto de pesquisa deveu-se ao fato do mesmo ter forte ênfase regional, sendo que a Gestão da Regionalidade é área de concentração do programa em questão. O projeto estava também alinhado às concepções metodológicas de um dos docentes, o que permitiu seu início e posterior apresentação à Comissão de Pós-Graduação da Instituição, que o aceitou recomendando-o para uma bolsa CAPES.

O referencial teórico do projeto apresentado é baseado nos conceitos de empreendedorismo social, desenvolvimento local endógeno e capital social. Empreendedorismo social é, pois, entendido como um processo de transformação da sociedade que aumenta o nível de conhecimento e consciência da comunidade, muda valores das pessoas, as sensibiliza e encoraja em sua auto-estima. Aumenta a participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais e o sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura. Estimula ainda o surgimento de novas idéias, inclusive alternativas sustentáveis para o desenvolvimento, inclusão social, maior auto-suficiência e melhoria da qualidade de vida dos habitantes e da comunidade (MELO NETO e FROES, 2002).

Desenvolvimento local endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local, visando a melhoria da sua qualidade de vida e que utiliza seu próprio potencial de desenvolvimento, levando à melhoria do nível de vida da população (VÁSQUEZ BARQUERO, 2002).

Capital social, por fim, é definido como recursos ou acesso a eles, orientados para um propósito comum, ou que permitem obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais. Trata-se de recursos inerentes a relações sociais, como confiança, reciprocidade, normas e relações de associação e cooperação, que facilitam a ação coletiva (ALBAGLI e Maciel, 2003).

Foram realizadas até agora oito reuniões com o grupo de mulheres, sendo que duas delas apenas com a primeira mencionada. Nesse momento está sendo elaborado um Termo de Esclarecimento e Compromisso, visando atender a possíveis questões éticas ligadas aos resultados dos trabalhos ou preocupações do grupo com a maneira com a qual as idéias e conclusões sejam divulgadas. Tem o objetivo também de esclarecer maridos, familiares e membros de igrejas às quais elas fazem parte.

O grupo está até agora composto por aproximadamente vinte mulheres. Nas oito reuniões feitas, em torno de quarenta já participaram, mas muitas não voltaram. O principal motivo alegado, em pesquisa informal conduzida pela líder do grupo, foi que elas acham “que não vai dar certo”, que “é muita gente”. Contudo, comumente questionam se acaso o empreendimento for bem sucedido, elas poderão voltar. Sete mulheres já podem ser consideradas como um grupo nuclear e fixo de trabalho, pelo seu comprometimento e envolvimento com as idéias e participação.

Está sendo distribuída nas reuniões uma ficha para obter dados iniciais sobre escolaridade, idade e vínculos no bairro. O objetivo maior é ter o endereço e telefone das mulheres para iniciar um processo de troca de informações e chamado para eventos e reuniões.

A média de idade das dezessete mulheres que retornaram a ficha de informações é de 43 anos. A mais velha tem 68 anos e a mais nova 30, com desvio padrão de 10 anos e desvio padrão médio de 7 anos. Nenhuma das mulheres possui acesso à Internet ou telefone celular, pois no bairro, que fica a 40 quilômetros do centro de São Paulo, não há Internet banda larga nem cobertura das empresas de telefonia celular. Dez delas declaram ter apenas o ensino fundamental. Destas, duas não chegaram à 5ª série. Outras três declaram ter o segundo grau completo e três preferiram não declarar a escolaridade.

Dez delas são casadas, duas solteiras, uma viúva e duas se declaram “amigadas”. Todas têm filhos, sendo que uma tem seis, duas tem cinco, três tem quatro filhos, uma tem três, seis delas dois e quatro apenas um. Onze dessas mulheres são originárias da Região Nordeste do Brasil, duas do Sudeste, duas do Interior de São Paulo e uma chilena. Vale lembrar que o bairro tem apenas 17 anos. Somente cinco afirmam ter feito algum curso profissionalizante (corte e costura, vigilância, cabeleireira, auxiliar administrativa e bijuterias).

Quinze delas declaram ter o desejo de ter um negócio próprio, sendo que treze gostariam de ter um pequeno comércio e duas gostariam de possuir negócios na área de costura. Dezesseis disseram que o maior obstáculo para ter um negócio é a ausência de capital e uma delas afirmou ser a burocracia. Todas acham que trabalhando em grupo as chances de sucesso são maiores, mas apenas cinco disseram saber como funciona uma cooperativa, outras quatro responderam “mais ou menos” a esta pergunta.

Nas primeiras reuniões o foco do pesquisador foi conquistar a confiança do grupo. Um dos compromissos assumidos foi o de que o projeto poderia durar até um ano se fosse necessário. Ao mesmo tempo em que se realizaram dinâmicas com o objetivo de descontrair, realizou-se curso básico de empreendedorismo, utilizando métodos construtivistas. Em nenhum momento o pesquisador chegou com apostilas ou materiais. Usando uma lousa rudimentar e partindo de parcos conhecimentos do grupo foram aos poucos desenvolvidos os principais aspectos de uma empresa (planejamento, recursos humanos, finanças, vendas e produção).

Observou-se logo de início uma total ausência de compreensão do que seja lucro. Para a totalidade das mulheres lucro é “comprar por um e vender por dois”. Foi então desenvolvido durante todo um encontro de duas horas o exemplo de um restaurante que só venda feijoada. Como os custos para fazer este prato e os custos de aluguéis e salários dentro do bairro são bem conhecidos, pôde-se perceber que eram fixados por várias das mulheres os conceitos de margem de contribuição, custos fixos e variáveis e lucro.

Como resultado também destes encontros iniciais percebeu-se o aumento da compreensão, obtido através das conversas do grupo e exemplos trazidos por elas próprias, que não é só capital o problema. O grupo hoje entende que é necessário conhecimento técnico, competitividade (fazer diferente ou fazer melhor) e não misturar finanças pessoais

com as empresariais. Há maior consciência da necessidade de planejar e de se ater a planos, sem desvios constantes.

Foram também levantados os obstáculos mais sutis e a princípio não revelados, como a resistência de alguns maridos. Outros aspectos que impedem o empreendedorismo são a posição de subserviência da mulher, obrigação de cuidar da casa, bem como o problema de com quem deixar os filhos para trabalhar. Para os problemas acima já há propostas de fazer palestras para os maridos, envolver os mesmos nos negócios (“sem eles darem ordens”) e criar uma creche própria da futura cooperativa.

No momento em que este artigo é escrito, prepara-se a constituição da cooperativa e a capacitação de vinte mulheres, com recursos doados por um executivo que tomou conhecimento do projeto. As mulheres já encontraram na comunidade uma costureira que tem bom equipamento em casa e se propôs a dar o curso. Com apoio do pesquisador estão montando uma pequena rede de apoio de fornecedores e clientes. Preparam também um bazar no bairro, com mercadorias dadas em consignação por um destes apoiadores, para levantar fundos para a implementação da cooperativa.

Está em fase de preparação uma mala direta e uma ação de comunicação para atrair mais mulheres para o empreendimento, pois há consciência no grupo de que o que foi feito até agora é bom para todos. Como formulou a mais velha das participantes: “Faltava algo assim. Um lugar para a gente se reunir e trocar idéias”.

5. Conclusão

Uma Faculdade de Administração e seus programas de pós-graduação sempre reunirão estudantes, professores e pesquisadores de diferentes linhas de pensamento e maneiras de ver o mundo. Para que esta se diga democrática e inserida na sociedade é imprescindível atender aos anseios dos que ainda acreditam no modelo neoliberal. Há que se propiciar também ferramentas para os que têm uma opção pela globalização da solidariedade e da justa distribuição das riquezas.

Desde sua origem monástica, há nove séculos atrás, as universidades tiveram como objetivo o treinamento de médicos, legistas, engenheiros e outros profissionais seculares. O planejamento e a lógica da universidade atual, articulados por Humboldt, se baseiam em união de pesquisa, ensino, liberdade de pensamento e investigação (GREENWOOD e LEVIN, 2006). Esta liberdade não é, no entanto, incontestada. Sociólogos como Pierre Bourdieu (1999) argumentam provocativamente que a universidade sempre foi o lugar de conflito entre dois princípios de legitimação: o social e o cultural científico (HOWE, 1988). Este autor entende a universidade como uma instituição elitista e corporativa, aliada das principais instâncias de poder no mundo contemporâneo: educação, cultura, posição na esfera estatal e mídia.

A universidade tem um papel relevante a cumprir no processo de reconstrução da sociedade brasileira. A maior parte das transformações ocorridas em nosso país aconteceu sem mudanças de ordem estrutural, provocando fracassos no que tange à inclusão social. Esta reconstrução exige um esforço educativo-pedagógico transformador que não pode se contentar com a formação tecnicista dos técnicos, nem cientificista dos cientistas (LOVISON, 2006). A universidade precisa mostrar à sociedade que não é um instrumento a serviço das elites e movida por interesses apenas financeiros.

É nesse escopo que surge a estratégia alternativa de desenvolvimento econômico local apoiado pela Faculdade de Administração e o ensino de empreendedorismo. O desemprego se expressa em números macroeconômicos, mas ganha visibilidade em termos locais. As experiências de desenvolvimento econômico local surgem como a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo

que amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável.

As Faculdades de Administração e seus programas de pós-graduação podem estar permanentemente fazendo ensino e pesquisa dentro das demandas concretas das comunidades, tanto no aspecto econômico-cultural como no aspecto da construção do conhecimento, que de fato responda às necessidades objetivas. A universidade deve se preocupar com uma pesquisa de alto nível, estratégica e de longo prazo. Mas é necessário que deixe de formar levas e levas de desempregados e ter cursos que dialoguem com os avanços tecnológicos, com os novos nichos de mercado e com as emergentes necessidades sociais (AZEVEDO, 2005).

O tema principal deste artigo não deve ser entendido como a tradicional disputa entre o qualitativo e o quantitativo. Até porque a pesquisa-ação participante utiliza métodos múltiplos para a construção do conhecimento. O tema aqui é sim a reconstrução da relação entre as ciências sociais e a sociedade e a geração de pesquisadores e instituições de pesquisa que tenham o desejo de se contaminar com a realidade. Desejo este que é cada vez mais forte na América Latina e em outros continentes e países, como na América do Norte e Reino Unido (COGHLAN, 2004), África (MEYER, 2006) e Austrália (HASLETT *et al*, 2002).

A pesquisa-ação participante favorece este diálogo entre universidade e sociedade, seja qual for a ideologia subjacente. É uma técnica válida de construção de conhecimento, seja na cooperação entre universidade e indústria, como no caso do Offshore Yard (GREENWOOD e LEVIN, 2006) seja dentro da própria universidade, como no caso da reforma do curso de introdução à física da Universidade de Cornell, ou ainda em parceria com a comunidade, como no caso descrito neste artigo.

Sempre aparecerão os positivistas linha-dura que verão qualquer forma de participação na realidade pesquisada ou de ação conjunta com o sujeito da pesquisa como um afastamento dos ideais científicos. No entanto, argumentos para uma compreensão diferente sobre a relação entre teoria e práxis na pesquisa social podem ser encontrados tanto no pragmatismo de Dewey e Peirce, quanto no humanismo de Paulo Freire, ou ainda no materialismo dialético dos movimentos ecológicos, feministas e sociais.

Os pesquisadores participativos não reivindicam um conhecimento livre de contexto e sim a validade do conhecimento científico através do teste da mudança social em que se está engajado. Trata-se de levar o conhecimento acadêmico para fora da universidade e quebrar o ciclo de autopoiese da universidade. Autopoiese é aqui entendida como o caráter autoreferencial e a autogeração de uma situação local, na qual indivíduos socialmente interdependentes geram padrões para serem seguidos entre si e julgam o desempenho uns dos outros, sem considerar sua contextualização dentro dos interesses de toda a sociedade (GREENWOOD e LEVIN, 2006).

A organização universitária vem se mantendo na forma em que a conhecemos há pelo menos, nove séculos. Interagindo com o meio sofre mudanças estruturais, mas com uma forma de organização constante. Organização é aquilo que confere a um conjunto de elementos a sua unidade de classe. Neste sentido a universidade poderia ser definida como um sistema autônomo e é aqui compreendida como um sistema cultural que contém subsistemas (como a Faculdade de Administração), inserida em um sistema mais amplo como o sistema federal de educação superior, ou mesmo o sistema sociocultural do país. (ANDRADE, 2000).

Alguns autores chamam a atenção para o risco de que este sistema se baseie apenas em dinâmicas autoreferenciais e autopoieticas. Todas as organizações humanas envolvem autopoiese em algum sentido (HALL, 2005) e são formadas por indivíduos e infraestrutura. Os indivíduos podem ser comparados a células vivas, envolvidas em relações hierárquicas, dialógicas e dialéticas, como entre o corpo discente e o docente (ANDRADE, 2000).

A universidade atende a várias das condições para que um sistema seja considerado autopoietico, como a complexidade, a dinâmica até certo ponto auto-regulatória, a produção intrínseca de alguns de seus componentes e auto-sustentabilidade ao longo do tempo.

O processo cíclico e espiralico de geração de conhecimento da Pesquisa Ação e da Pesquisa Participante (COGHLAN e BRANNICK, 2005) facilita o rompimento destas características autopoieticas, obrigando a universidade a uma permanente reflexão sobre o grau de mudança social que ela ajuda a estimular.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. *In*: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. M.. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ANDRADE, L. A. B.; LONGO, W. P. E.; PASSOS, E. Autonomia: um modelo explicativo da ontologia da universidade. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 23. **Anais...** Caxambu, 2000.
- ASHLEY, P. **Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ARAÚJO FILHO, T. A extensão universitária na incubação de cooperativas de populares. Apresentação de Trabalho. São Paulo: PRONINC, 2005.
- AZEVEDO, J.C. **Exclusão social e a universidade brasileira**. *In*: Reitores de universidades, professores e políticos debatem o papel da universidade brasileira no combate à exclusão social. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/revistasebrae/05/temadecapa_03.htm. Acesso em: 23 maio 2005.
- BOURDIEU, P. A ciência do real. **Observatório da Imprensa**. Folha de São Paulo, 07 fev. 1999. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mem300120025.htm>. Acesso em: 15 maio 2007.
- BRAGA, T. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5. p. 23-38, 2002.
- BUARQUE, C. Cristovam diz que universidades precisam ter responsabilidade social **Repórter Social On-line**. 27 nov. 2003. Disponível em: <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=292&ed=universidade>. Acesso em: 23 maio 2007.
- COGHLAN, D. Action research in the academy: why and whither? Reflections on the changing nature of research. **Irish Journal of Management**. v. 2, n. 25, 2004.
- COGHLAN, D.; BRANNICK, T. **Doing action research in your own organization**. London: Sage, 2005.
- CRUZ, C.H.B. **Exclusão social e a universidade brasileira** *In*: Reitores de universidades, professores e políticos debatem o papel da universidade brasileira no combate à exclusão social. 2005. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/revistasebrae/05/temadecapa_03.htm. Acesso em: 02 mar. 2007.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Planejando a pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESCOINGS, R. Universities, a social duty. **OECD Observer**. Paris, n. 255, 2006.
- ESTEVES DE VASCONCELLOS, M. J. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.
- FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, 33, p. 122-126, 1970.
- GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GIL, A. C. O método fenomenológico na pesquisa em administração **Caderno de Pesquisa da Pós-Graduação IMES**. São Caetano do Sul, n. 8, 1º sem. 2003.

GREENWOOD, D.J.; LEVIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Orgs.). **Planejando a pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HAGUETTE, T. C. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, W. P. Biological nature of knowledge in the learning organization. **The Learning Organization**. v. 12, n. 2, 2005.

HASLETT, T.; MOLINEUX, J.; OLSEN, J.; SARAH, R.; STEPHENS, J.; TEPE, S. Action research: its role in the university/business relationship. **Systemic Practice and Action Research**, December 2002.

HILL, R.P.; AINSCOUGH, T.; SHANK, T.; MANULLANG, D.; Corporate social responsibility and socially responsible investing: a global perspective. **Journal of Business Ethics**, n. 70, 2007.

HOWE, S. **Academia New statesman & society**, London: n. 2, 1988.

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo. **Projetos e Parcerias**. 2007. Disponível em: <www.itcp.usp.br>. Acesso em: 18 maio 2007.

JARA, C. Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. **Cadernos Adenauer**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

LOVISON, Aida Maria.; BASSO JR, Eduardo. Desenvolvimento local endógeno: uma reflexão crítica à luz da pedagogia do oprimido. **Poder Local**, Salvador, 2006.

MARQUES, R. **Responsabilidade social das universidades**. publicado em 25 out. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_ijdf.html>. Acesso 13 maio 2007.

MARTINS, G. **Epistemologia da pesquisa em administração**. Tese (Livre Docência em Administração) - Faculdade de Administração da USP, São Paulo, 1994.

MELO NETO F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MEYER, J. Bringing practicality and theory together: the case of importing current practical examples to support the theory of teaching project management. **The Business Review**. Cambridge: Summer 2006.

NODOUSHANI, O. Systems thinking and management epistemology. **Systemic Practice and Action Research**, v. 12, n. 6, Dec. 1999.

RICO, E. A responsabilidade social empresarial e o Estado: Uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, 2004.

SELTIZ, C. **Métodos da pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1972.

SILVA e SILVA, M. O. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1991.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. London: Penguin, 2003.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.